

Flávio de Araújo Willeman

Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Advogado e parecerista. Mestre em Direito. Doutor em Direito pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Ex-Desembargador Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro - TRE-RJ. Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito da Fundação Getúlio Vargas - FGV-Rio e da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP/PGE-RJ

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR RISCO
JURISDICIONAL ANORMAL NO BRASIL:**

Por uma nova teoria sobre a responsabilidade civil do Estado-Juiz

**Rio de Janeiro
2023**

Copyright ● 2023 by Flávio de Araújo Willeman

Categoria: Direito Administrativo

Produção Editorial

Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)

Diagramação: Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)

Capa: Julia Almeida

● Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ) não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra, pelo seu autor, bem como esclarece que o padrão ortográfico e o sistema de citações e referências são prerrogativas do seu autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados ao Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)

Impresso pela Bok2

Catálogo: Daniele Alvarenga CRB7: 6873/RJ

Willeman, Flávio de Araújo

Responsabilidade Civil do Estado por risco jurisdicional anormal no Brasil: por uma nova teoria sobre a responsabilidade civil do Estado-Juiz /Flávio de Araújo Willeman. – Rio de Janeiro: CEEJ, 2023.

467 p.

Inclui notas explicativas, tabelas e referências.

ISBN: 978-65-84958-10-4

1. Responsabilidade Civil do Estado. 2. Atividade Jurisdicional Típica. 3. Risco Judicial Anormal. 4. Atos Jurisdicionais ilícito e lícito I. Título. II. série.

CDD – 341.1236

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	13
RESUMO	27
ABSTRACT.....	29
INTRODUÇÃO.....	31
CAPÍTULO 1 - ESTAGNAÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS JURISDICIONAIS	51
1.1 Desenvolvimento Histórico da Teoria Geral da Responsabilização Civil do Estado.....	52
1.2 Teoria da Irresponsabilidade Civil do Estado.....	54
1.3 Teoria da Responsabilidade Civil do Estado com fundamento na culpa	60
1.4 Teoria da Responsabilidade Civil Objetiva do Estado	64
1.5 A Assembleia Nacional Constituinte e a Responsabilidade Civil do Estado por ato jurisdicional	75
1.5.1 Antecedentes e a Comissão Afonso Arinos	75
1.5.2 Os debates na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.....	81
1.6 A tese restritiva da responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais: um desacerto da constituinte	93
1.7 O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 126 de 2015 (PLC 126/2015)	113
1.8 Conclusões parciais.....	115
CAPÍTULO 2 - DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS COMO PROTEÇÃO CONTRA O RISCO JUDICIAL ANORMAL	119
2.1 Enquadramento teórico das cláusulas restritivas aos direitos humanos fundamentais: algumas premissas relevantes.....	120

2.2 Direitos humanos fundamentais sob tensão nos processos de controle da antijuridicidade penal e da proibidade administrativa.....	137
2.2.1 Direito à honra	138
2.2.2 Direito à propriedade	141
2.2.3 Direito à imagem.....	143
2.2.4 Direito ao trabalho	153
2.2.5 Direito à liberdade de locomoção: liberdade de ir e vir.....	158
2.3 Conclusões parciais.....	162

CAPÍTULO 3 - RISCO JURISDICIONAL ANORMAL NA ATUAÇÃO DO ESTADO-JUIZ

3.1. Risco jurisdicional anormal como elemento de responsabilização civil do Estado.....	165
3.1.1 Risco judicial normal	168
3.1.2 Risco judicial anormal ou extraordinário.....	171
3.2 Excessiva judicialização no Brasil e o risco jurisdicional anormal ou extraordinário.....	180
3.2.1 Ativismo judicial como fonte de risco judicial anormal ou extraordinário.....	188
3.3. A mídia como elemento potenciador do risco judicial anormal ou extraordinário.....	192
3.3.1 A exposição midiática das decisões judiciais: publicidade versus privacidade na apuração de desvios de condutas.....	194
3.3.2 Mídia, autoridade e violação aos direitos da personalidade	201
3.4 O risco judicial potencializado pela utilização do inconstitucional princípio in dubio pro societate e sua aplicação ao Direito Processual Penal e às ações de improbidade administrativa. A justa causa como condição da pretensão sancionatória.....	237
3.5. A prova e a medida cautelar: a necessidade de superação do princípio do in dubio pro societate.....	244
3.6. Conclusões parciais.....	254

CAPÍTULO 4 - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS DO PODER JUDICIÁRIO: APLICAÇÃO DO ARTIGO 37, § 6º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988.....	259
4.1 Mutação constitucional: a necessária “revisão” do alcance do artigo 37, § 6º da Constituição da República de 1988	259
4.1.1 Apontamentos iniciais.....	259
4.2 Modalidades de mutação constitucional	262
4.2.1 Mutação constitucional por via de costume	262
4.2.2 Mutação constitucional pela atuação do legislador	264
4.2.3 Mutação constitucional por mudanç�a de interpretação.....	266
4.3 Condicionamentos e limites da mutação constitucional	270
4.4 A (necessária) mutação constitucional do art. 37, § 6º, da CRFB/1988	272
4.4.1 O cenário atual: a irresponsabilidade estatal por atos jurisdicionais	272
4.4.2 Perspectivas para o futuro: uma nova interpretação para o art. 37, § 6º, da CRFB/1988	276
4.5 As hipóteses do artigo 5º, inciso LXXV, da Constituição da República de 1988: erro judiciário e prisão além do tempo fixado na sentenç�a.....	284
4.5.1 Prisão além do tempo fixado na sentenç�a	284
4.5.2 Erro judiciário	286
4.6 Responsabilidade Civil do Estado por atuação jurisdicional ilícita...300	
4.6.1 O artigo 143 do Código de Processo Civil. Se o juiz responde regressivamente, quem responderá primariamente?	300
4.6.2 Ilícitos praticados por magistrados durante a instrução do processo	311
4.6.3 O abuso de poder jurisdicional como fonte da responsabilização civil do Estado-Juiz. Previsão expressa do dever de indenizar na Lei Federal n.º 13.869/2019 (Lei de abuso de autoridade).....	327
4.6.4 Prisão ilegal, omissão de relaxamento de prisão e substituição de pena privativa de liberdade por medida cautelar diversa.....	331
4.6.5 Dano injusto decorrente de medida cautelar de condução coercitiva de investigado ou de testemunha	341
4.6.6 Dano injusto decorrente de decisão judicial lícita	347

4.6.7 Danos injustos decorrentes de decisões judiciais cautelares lícitas. O problema da “cautelarização da vida” e a morosidade na prestação da tutela jurisdicional final	355
4.6.8 Medida cautelar penal lícita de prisão e posterior absolvição ou trancamento por ausência de justa causa	357
4.7 O princípio in dubio pro societate e o deferimento de cautelares limitadoras de direito fundamental	368
4.8 Dano injusto por violação ao princípio da duração razoável do processo. A hipótese das cautelares limitadoras de direitos fundamentais	375
4.9 O artigo 302 do CPC. Responsabilidade civil de quem postula e se beneficia de tutela liminar. Responsabilidade civil da parte ou do Estado?	381
4.10 Dano injusto pela divulgação (vazamento) de informação sigilosa à imprensa. A espetacularização danosa de operações policiais	386
4.11 Omissões jurisdicionais causadoras de dano injusto	395
4.12 Omissões judiciais na Lei de Abuso de Autoridade	405
4.13 Responsabilidade pessoal do magistrado em ação de regresso	406
4.14 A demanda regressiva em face do magistrado.....	410
4.15 Direito de regresso e o artigo 28 da LINDB: Decreto n.º 4.654/1942 (Lei Federal n.º 13.655/2019)	413
4.16 Prescritibilidade da ação de regresso. Não incidência do artigo 37, § 5º da CRFB/88	415
4.17 Conclusões parciais.....	421
 CONCLUSÕES E SUGESTÕES FINAIS	 423
 REFERÊNCIAS.....	 433